



No próximo dia 26 de novembro os magistrados brasileiros definirão os membros dos Conselhos Executivo e Fiscal da Associação dos Magistrados Brasileiros para o período 2011/2013. Duas chapas foram inscritas para o processo, "NOVOS RUMOS" (Chapa 01), que tem como Presidente o desembargador Henrique Nelson Calandra (APAMAGIS-SP) e "AMBCOMVOCE" (Chapa 02), cujo candidato a Presidente é o juiz Gervásio Protásio dos Santos Júnior (AMMA-MA). Os votos através de sobrecarta já podem ser

encaminhados pelos Correios ou entregues na sede administrativa da AMPB. Nos dias 23, 24 e 25 de novembro haverá votação pela internet, através do site da AMB. Haverá ainda a opção de votar em urna de lona, que estará disponível no dia 26 de novembro, na sede administrativa da AMPB, das 8h às 18h.

A Comissão Eleitoral designada para dirigir o processo eleitoral da AMB na Paraíba é composta pelos juízes Horácio Melo, Lílían Cananéa e Bonifácio Lobo.

Págs. 06 e 07

**Nova Presidência
no TJPB**

Pag. 4

Réveillon no Clube

Pag. 8

Vitória no TRE

Pag. 9

Ilustres colegas,

O processo eleitoral para definir o novo representante da magistratura brasileira, o presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), já está em vigor. O escolhido terá à frente três anos de trabalho em uma das entidades de maior representatividade do país, pugnando pelas prerrogativas de nossa classe.

Peço aos colegas paraibanos que não deixem de participar deste processo democrático e fundamental para o fortalecimento de nossa representante nacional, garantindo a legitimidade da nova diretoria para enfrentar os deveres provenientes do papel que pretende assumir.

Para participar, cada

associado poderá utilizar a cédula eleitoral e a sobrecarta, que já deve ter chegado em seu endereço, entregando seu voto até as 19h do dia 26 de novembro, na sede da AMPB, onde será feita a apuração. Os envelopes com as cédulas devidamente preenchidas também podem ser enviados pelos correios, pois o voto não será computado se a carta chegar depois das 18h do dia 26 de novembro.

Haverá ainda a votação pela internet, que ocorrerá nos dias 23, 24 e 25 de novembro. Para votar pela internet, o colega deverá acessar o site da AMB (www.amb.com.br) e clicar no link "Vote Aqui", que desviará a conexão para o site do TRE-DF, que será o responsável pela execução do voto eletrônico.

Uma terceira opção é comparecer pessoal-

mente à sede da AMPB no dia 26 de novembro, das 8 às 18h, para votar por cédula de papel em urna de lona.

Nesta edição, publicamos as propostas das duas chapas que concorrem ao pleito: Chapa 01 "NOVOS RUMOS", que tem como candidato a presidente o desembargador Nelson Calandra (APAMAGIS-SP) e Chapa 02 "AMBCOMVOCE", cujo candidato a presidente é o juiz Gervásio Santos (AMMA-MA).

Não abra mão de ser um dos atores deste pleito que mobilizará cerca de 14 mil magistrados em todo o Brasil. Espero a participação de todos os paraibanos nas Eleições AMB 2010!

À sua disposição,
Juiz Antônio Silveira
Presidente da AMPB

Expediente

Declaração de utilidade pública pelo Lei nº 2.756, de 05 de janeiro de 1962. Publicado no DOU em 09/01/62

BIÊNIO: 2010/2012:

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Juiz Antônio Silveira Neto

Vice-presidente

Juiz Marcos Coelho de Sales

1º Secretário

Juiz Leila Cristina C. de Freitas e Sousa

2º Secretário

Juiz Horácio Ferreira de Melo Junior

1º Tesoureiro

Juiz Stenivaldo Torres Ferreira

2º Tesoureiro

Des. Romero Marcelo da Fonseca Oliveira

CONSELHO DELIBERATIVO

1º Membro

Juiz Francisco Reis Pereira

2º Membro

Juiz Edilson Rodrigues Alexandre

3º Membro

Juiz Leonardo Souza de Paiva Oliveira

4º Membro

Juiz Alexandre José Gonçalves Tinto

5º Membro

Juiz Thana Michelle Carneiro Rodrigues

SUPLENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO

1º Membro

Juiz José Benedito Lima Lobo

2º Membro

Juiz José Galmberg Gomes de Lacerda

3º Membro

Juiz Edilson Medeiros Silva

4º Membro

Juiz Manoel Maria Antunes de Melo

5º Membro

Juiz André Almeida Dantas

CONSELHO FISCAL

1º Membro

Juiz Fábio José de Oliveira Araújo

2º Membro

Juiz Ramalison Alves Gomes

3º Membro

Juiz Claudio Pinto Lopes

SUPLENTE DO CONSELHO FISCAL

1º Membro

Juiz Fabiano de Sousa Queiroz

2º Membro

Juiz Geraldo Paulino Costa

3º Membro

Juiz Anna Maria do Socorro H. L. Freitas

Home-page: www.amb.org.br

Twitter: @AMPB_magistrado

Produção Editorial:

Jacqueline Medeiros dos Santos

DRT-PB 1253

Contato: impressa@amb.org.br

Diagramação:

Luciano Maria Cantilho

Colaboradores desta edição:

Desembargador José Di Lorenzo Seipa

Jornalista Renato Félix

Professor Bráulio

Os artigos assinados publicados neste jornal não refletem necessariamente o entendimento da AMPB, sendo de total responsabilidade de seus autores.

Dezembro

04 Carlos Eduardo Leite Lisboa
04 Valdecir Carneiro do Nascimento
06 Joás de Brito Pereira Filho
07 André Ricardo de Carvalho Costa
08 Daniele Ferreira de Souza
13 Luiz Gonzaga Targino de Moura
13 Ailton Nunes de Melo
13 Algayr Rodrigues Negromonte
13 Fábio José de Oliveira Araújo
13 José Guedes Cavalcanti Neto
13 Sérgio Rocha de Carvalho
16 Antônio Jeremias Inácio da Silva

17 Kalina de Oliveira Lima
18 Antônio do Amaral
18 Manoel Paulino da Luz
19 Érica Virginia S. Pontes
20 Francilcy Rejane de Sousa Mota
22 Gilberto de Medeiros Rodrigues
24 Antônio Leobaldo M. de Melo
25 Ana Maria Fortes Schram
27 Vladimir José Nobre de Carvalho
28 Luzivando Pessoa Pinto
28 Rui Galdino

Mobilização associativa busca agilizar pagamento de precatórios

o Sindfisco e a AMPB vão unir forças na luta pela agilidade no pagamento da dívida. O objetivo é cobrar a adequação do TJPB à sistemática de pagamento vigente desde a promulgação da Emenda Constitucional 62/09, assim como o cumprimento da Resolução 115 do CNJ.

TJPB ouve categoria

O presidente do Tribunal de Justiça da Paraíba, desembargador Luiz Sílvio Ramalho Júnior, recebeu, no dia 14 de outubro, os presidentes da AMPB, Sindfisco (agentes fiscais) e APMP (Ministério Público).

Com relação aos pedidos das categorias, o presidente do Tribunal de Justiça ressaltou que "não só o TJ da Paraíba, mas todos os tribunais estão empenhados em realizar os pagamentos dos precatórios." "Na realidade, a Resolução nº 115 do CNJ vem dificultando os pagamentos e, tão logo esse problema seja resolvido entre o Conselho e os tribunais, estaremos realizando o pagamento em nosso Estado", ressaltou Ramalho Júnior.

Antônio Silveira, disse que "a demora no pagamento desses precatórios existe em razão de uma série de fatores, não só por conta do Tribunal, mas em razão dos repasses que, anteriormente eram feitos pelo Poder Executivo. Com a mudança da sistemática, o TJ teve que se readaptar as novas formas de pagamento".

"Com informações da Ascom/TJPB



Novo representante do Sindfisco estadual visita a AMPB

No último mês de outubro, a diretoria da Associação dos Magistrados da Paraíba desenvolveu várias atividades no objetivo de trabalhar meios jurídicos e legais para fazer com que os processos de precatórios devidos pelo Executivo da Paraíba tramitem com maior agilidade.

Juntamente com o presidente da AMB, Mozart Valadares Pires, o juiz Antônio Silveira Neto se encontrou, no último dia 21 de outubro, com Ives Gandra, conselheiro do CNJ, para uma conversa sobre o pagamento de precatórios devidos pelo governo.

Segundo Silveira, foi solicitada "a alteração da Resolução 115 do CNJ, com vistas a manter a autonomia dos Tribunais para formular a lista de pagamento, de modo que a composição destas seja em separado para cada Tribunal. Pedimos ainda a retirada da obrigatoriedade de lista única. A modificação objetiva adequar alguns pontos problemáticos da resolução à realidade do Estado, buscando agilidade no pagamento dos precatórios", acrescentou o presidente da AMPB.

Gandra, que também é ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), coordena um grupo de trabalho criado pelo

Justiça de todo o país e, segundo Silveira, a expectativa é que o pagamento dos precatórios possa ser definido o quanto antes. "Esperamos que as mudanças na emenda sejam acatadas e que haja



Mozart e Silveira conversam sobre precatórios com ministro Ives Gandra

efetividade no pagamento dos precatórios", destacou o juiz.

Luta comum ao Sindfisco

Victor Hugo Pereira do Nascimento, recentemente eleito presidente do Sindfisco PB, realizou visita de cortesia à AMPB no último dia 04 de outubro. Durante a oportunidade, foram tratados assuntos de interesse comum das duas Associações. Dentre eles, precatórios.

Do encontro ficou acordado que



Representantes classe discutem pagamento de precatórios com presidente do TJPB

Empenho

TJPB escolhe nova Mesa Diretora

Em eleição secreta ocorrida na sessão extraordinária do último dia 03 de novembro, o Tribunal de Justiça da Paraíba escolheu sua nova Mesa Diretora



Des. Lincoln

Biênio 2011/2012

por unanimidade, foram eleitos o desembargador Abraham Lincoln da Cunha Ramos para assumir a Presidência do TJPB a partir do dia 1º de fevereiro do próximo ano; para a vice-presidência, o desembargador Leônicio Teixeira Câmara e para corregedor-geral da Justiça, o desembargador Nilo Luis Ramalho Vieira.

O futuro presidente do Tribunal, logo após a eleição, falou de algumas de suas prioridades. Depois de agradecer a Deus, aos seus pares e familiares, Abraham Lincoln afirmou que vai valorizar os servidores e juízes de primeiro grau. "Vou fazer uma gestão aberta, transparente e ouvindo as reclamações de nossos servidores e magistrados de primeira instância. Não será uma tarefa fácil dirigir este Tribunal com o orçamento que temos, mas farei de tudo para garantir uma remuneração digna aos nossos servidores e melhores condições de trabalho para os juízes. Tudo para garantir uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz".

O próximo vice-presidente também

expressou sua satisfação em poder ter galgado ao cargo. "É uma verdade, uma grande honra chegar a um posto de tamanha responsabilidade no Judiciário estadual. Quero trabalhar auxiliando o presidente em toda a sua administração. Para mim é honra poder fazer parte de uma Mesa Diretora que vai fortalecer, ainda mais, a dignidade e a grandeza deste Poder", acrescentou Leônicio Teixeira Câmara.

Nilo Ramalho, que será o corregedor-geral no biênio seguinte, destacou que "a Corregedoria é de extrema importância para o bom funcionamento do Tribunal de Justiça, como órgão de fiscalização e orientação dos juízes. Quero firmar uma forte parceria com a Escola Superior da Magistratura, como a finalidade de capacitar os juízes e servidores. Vamos trabalhar de mãos dadas".

Para a Diretoria da Esma, foi eleito o desembargador Saulo Henriques de Sá e Benevides, que terá dois anos à frente da Escola Superior da Magistratura, braço acadêmico do Tribunal. Ele agradeceu pela votação e afirmou que pretende continuar o trabalho moderno e dinâmico que vem sendo desenvolvido na Escola. "Vou lutar



Desembargadores Saulo Benevides, Nilo Ramalho, Abraham Lincoln e Leônicio Teixeira

para instituir o Ensino a Distância, como forma de capacitar servidores e magistrados, como também criar um curso de mestrado, em parceria com uma instituição de ensino superior com reconhecida experiência nessa área."

AMPB defende democratização do Judiciário

O presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira usou a tribuna para parabenizar os eleitos: "É com muita satisfação que recebemos os nomes dos desembargadores que vão dirigir o Tribunal de Justiça do nosso Estado. São homens de grande capacidade técnica e senso público". Silveira enfatizou, porém, "que é preciso avançar para permitir que os juízes, isto é, toda a magistratura possa eleger os dirigentes dos Tribunais. Essa é uma forma de democratizar a Justiça e fazer com que o presidente eleito por todos os magistrados tenha mais legitimidade, programa de governo e propostas de modernização que sejam fruto de um diálogo prévio com a magistratura".

Para a AMPB, completou Silveira, "democratizar o Judiciário é construir uma gestão que saiba ouvir e seja transparente, sobretudo na formulação das políticas judiciárias e na elaboração do orçamento a fim de atender as reais necessidades do Poder Judiciário e para prestar um serviço de mais qualidade, com condições de trabalho para juízes e servidores".

Com informações e fotos do TJPB

Defesa do Associado

AMPB rebate críticas à juíza eleitoral de Monteiro

Através de entrevistas concedidas pelo juiz Antônio Silveira, presidente da AMPB, a Entidade rebateu veementemente acusações sofridas pela juíza eleitoral de Monteiro, Vanessa Andrade Dantas L. da Nóbrega, no decorrer do dia de votação do segundo turno das eleições 2010. A resposta da AMPB, em defesa da associada, ocorreu através de participação na rádio "98

FM" (programa Correio Debate) e publicação de entrevista nos sites "Vitrine do Cariri" e "Wscm".

O imbróglio entre um deputado estadual e a juíza começou quando Vanessa Andrade proibiu a veiculação do resultado da pesquisa Ibope para governador em carros de som que circulam em Monteiro. Silveira disse que a AMPB repudiava o comportamento do deputado, uma vez que as suas acusações foram precipitadas.

"Repudiamos veementemente as declarações do deputado, que de forma precipitada acusa juíza de agir de forma parcial. O estranho é que no primeiro turno a juíza adotou este mesmo posicionamento e o deputado não fez estas acusações", afirmou.

Silveira disse também que a decisão da juíza Vanessa Andrade foi mantida pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.

Eleição

AMPB e AMB divulgam notas parabenizando juízes eleitorais

Tendo em vista a realização de um pleito tranquilo e organizado em nosso Estado, a AMPB, através de nota pública, prestou homenagem aos juízes que conduziram o processo eleitoral no Paraíba. Em seu pronunciamento, o juiz Antônio Silveira Neto enfatizou a dedicação dos juízes: "conduzindo os trabalhos de maneira eficiente e digna, esses magistrados comprovaram a importância da Justiça Eleitoral para o fortalecimento da democracia".

Veja abaixo trecho da nota:

"Sob a responsabilidade constitucional de dirigir as eleições, os juízes eleitorais foram essenciais para assegurar a liberdade do voto, a integridade do processo eleitoral e o equilíbrio de forças entre os candidatos. Além de um processo eleitoral mais tranquilo e democrático, a ação de nossos juízes e juízas eleitorais foi fundamental para combater práticas ilícitas, garantindo que a vontade do eleitor fosse respeitada."

A Justiça Eleitoral da Paraíba é reconhecida nacionalmente por sua eficiência e rigor na condução das eleições. A autonomia de nossos juízes garante a aplicação da Lei e da Constituição, com isenção e independência.

Nosso elogio também ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba pela condução do pleito na mais perfeita ordem, sendo exemplo de organização e celeridade, divulgando com agilidade, e no mesmo dia da eleição, o resultado da apuração final dos votos.

Desta forma, a AMPB reconhece o comprometimento e a atuação de seus magistrados, garantindo ao eleitorado paraibano a certeza de que a Justiça Eleitoral se dedicará com afinco na realização do segundo turno das eleições 2010, prezando pelo amadurecimento da democracia".

Também por meio de nota pública, a AMB cumprimentou todos os juízes eleitorais do país pela eficiência e comprometimento demonstrados durante a realização do primeiro turno das eleições gerais 2010. No documento assinado pelo presidente Mozart Valadares Pires, a entidade afirma que a agilidade de apuração e divulgação dos resultados evidenciou a excelência da atuação da magistratura eleitoral no Brasil. Ele também parabenizou os magistrados pelo engajamento na "Campanha Eleições Limpas - Não Vendo meu Voto", e pela adesão ao Dia Nacional das Audiências Públicas.

Associação fortalece luta pela diminuição entre entrâncias

A tramitação do projeto da Lei de Organização Judiciária do Estado (Loje-PB) na Assembleia Legislativa está sendo acompanhada de perto pela Associação dos Magistrados da Paraíba. Além disso, a Entidade sugeriu ao deputado Zenóbio Toscano, relator da Loje na ALPB, a apresentação de uma emenda para suprimir do texto dispositivo que fixa em 10% a diferença entre as remunerações de juízes de 1ª, 2ª e 3ª entrância, e entre juízes e desembargadores. Com a sugestão, os magistrados pretendem eliminar dispositivo que engessa a diferença, possibilitando futuras discussões sobre o assunto.

"A Constituição estabelece que a diferença entre uma entrância e outra (juízes de 1ª, 2ª e 3ª entrância) seja de 5% a 10%, e entre juízes e desembargadores, 5% a 10%. Nós temos, hoje, a realidade de 10% de diferença, e a Loje fixou isso em 10%, sem abrir essa possibilidade de, no futuro, haver uma redução, como acontece na Justiça Federal", explicou o magistrado.

Ele garantiu, ainda, que essa emenda supressiva adequando a Loje à Constituição não acarretará qualquer aumento de despesa e não implicará em nenhum atraso à votação da Loje na Assembleia: "Segundo decisão reiterada do Supremo Tribunal Federal (STF), a Loje só voltaria para o TJPB se fosse alguma emenda que levasse ao aumento de despesa do Tribunal. Como essa emenda não traz qualquer tipo de despesa, não há necessidade de retornar ao Tribunal", esclareceu.

Silveira Neto lembrou que a nova Loje foi o fruto de uma ampla discussão interna. "Essa Loje vem com credibilidade e legitimidade grandes porque os juízes de todo o Estado puderam participar dando sugestões, além da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional Paraíba, o Ministério Público e entidades de servidores. É uma Loje democrática", disse.

"Com informações de matéria veiculada no Jornal da Paraíba (edição do dia 03/11/10)

Loje

Mensalidades da Unimed são reajustadas

A partir do mês de novembro de 2010, as mensalidades do plano de saúde da Unimed vinculado à AMPB serão reajustadas no percentual de 8,80%, relativo ao IGP-M acumulado pela Fundação Getúlio Vargas, nos últimos 12 meses (outubro/09 a outubro/10), de acordo com a "Cláusula Quarta - Dos Preços e Condições de Pagamento - Item 4.4" do contrato que rege o convênio da cooperativa com a AMPB.

Desta forma, os novos valores ficam assim estipulados:

PLANO BÁSICO	
0 A 18 ANOS	R\$ 134,05
19 a 58 ANOS	R\$ 138,46
A PARTIR DE 59 ANOS	R\$ 243,40
PLANO ESPECIAL	
0 A 18 ANOS	R\$ 191,67
19 a 58 ANOS	R\$ 200,92
A PARTIR DE 59 ANOS	R\$ 368,33

Convênio

Carta de compromissos da Chapa 01 “Novos Rumos”

- 1) Promover campanha de valorização do Magistrado que possa fortalecer a sua legitimação social em cada uma das Comarcas do Brasil a fim de que se evidencie a necessidade de suas prerrogativas como garantia de independência em prol da população;
- 2) Resgatar a autoestima do Magistrado defendendo subsídios dignos, adicional por tempo de serviço, aposentadoria, pensão integral e paridade (concedidos e pagos pelos Tribunais);
- 3) Fortalecimento da Escola Nacional da Magistratura para que ela ocupe o seu adequado local de destaque em conjunto com a ENFAM e ENAMAT, de forma a colaborar com as Escolas Estaduais, Setoriais e Regionais da Magistratura;
- 4) Resgatar o debate institucional interno no âmbito do Conselho de Representantes - que tem servido como órgão de referendo e deliberação -, resgatando sua primordial função dialética voltada ao debate, à discussão de temas associados, problemas nacionais com liberdade de expressão por todas as associações e valorização do debate democrático;
- 5) Propiciar escolha do Coordenador da Justiça Estadual dentro do colegiado e valorizar a eleição dentre os Presidentes de Associações de Magistrados com mandato definido (um ano, por exemplo, para permitir maior participação); e aprovação ou referendo, pelo Conselho de Representantes, em relação à escolha de secretário-geral e tesoureiro da AMB - funções fundamentais e com participação ativa na administração;
- 6) Coragem para defender, sem medo de desagradar a imprensa, com argumentos contundentes o direito aos 60 dias de férias, como necessidade adequada a quem desenvolve atividade intelectual de julgar, com dedicação exclusiva e plantões permanentes, sem jornada definida, sem direito a horas extras e com limitação de desempenhar outra atividade; da mesma forma que se respeita e reconhece o direito ao trabalho limitado a 3 horas para jornalistas, 4 para radiologistas, 6 para bancários, 48 trabalhadas por 72 horas de descanso aos policiais e das férias de 45 ou 60 dias aos professores, 60 dias dos parlamentares, dentre outros profissionais com atividades diferenciadas;
- 7) Trabalhar pela melhor composição do CNJ com maior número de representantes de primeiro e segundo grau, da Justiça Estadual, apoiando a PEC 457/2010, inclusive com a designação do Corregedor Estadual dentre aqueles membros com origem na Magistratura Estadual;
- 8) Defender arduamente todas as prerrogativas e direitos dos Magistrados e reconquistar perdas que ainda possam ser asseguradas no novo Estatuto da Magistratura, com intenso diálogo no Congresso Nacional;
- 9) Fortalecer, apoiar intercâmbio de experiências de Magistrados de áreas específicas e estimular a criação de Fóruns de Magistrados de competência especializada, exemplo do FONAJE, FONAIV, FONAIEF, FONAVID, relativos a Magistrados de Execuções Penais, Tribunais do Juri, Fazenda Pública, Empresarial, Acidentes de Trabalho, dentre outras especialidades;
- 10) Promover através da Coordenadoria da Justiça Estadual e seus Coordenadores Regionais, verdadeira agenda de defesa dos interesses nas inúmeras diferenças regionais, a possibilitar mais equidade de tratamento à Magistratura Estadual;
- 11) Ampliar o programa “Cidadania e Justiça também

- se aprendem na Escola”, primeiro projeto de responsabilidade social da AMB e que, atuando com crianças e jovens, já atingiu mais de 13 milhões de pessoas, e que já trabalha o fortalecimento do Magistrado e da cidadania;
- 12) Manifestação expressa contrária ao aumento de idade para aposentadoria compulsória dos Magistrados;
- 13) Estudo para concretizar assistência e cobertura de saúde com amplitude nacional, destinado ao atendimento, com qualidade, de todos os Magistrados em qualquer localidade do Brasil;
- 14) Propor revisão dos Estatutos da AMB, com diálogo democrático e responsável, a fim de proporcionar uma participação maior dos Magistrados federais e Magistrados do trabalho (muitos dos quais se desfilaram da AMB), na cipele diretiva, inclusive com possibilidade estatutária, em escalonamento e estudo de rodízio proporcional, de ascensão ao posto mais alto da instituição;
- 15) Comprometimento de todos os candidatos integrantes da chapa e da diretoria com um programa básico para a futura gestão, inclusive com definição prévia de algumas políticas a serem defendidas em prol do Magistrado e responsabilidades que assumirão perante os eleitores, por área de atuação distribuídas em cada uma das 11 Vice-Presidências, Escola da Magistratura, Coordenadorias e Comitês; avaliação periódica da gestão, pela classe, por meio de questionários específicos e não dirigidos (evitar perguntas que possam induzir respostas favoráveis) a fim de corrigir rumos durante a gestão;
- 16) Valorizar e reconhecer a importância do COPEDEM (Colégio Permanente de Diretores de Escolas Estaduais da Magistratura) e aliar atuação com a nossa Escola Nacional da Magistratura (ENM) com as diretrizes da ENFAM e ENAMAT na formação e aperfeiçoamento contínuos dos Magistrados brasileiros;
- 17) Defesa intransigente das prerrogativas, independência e liberdade de julgar do Magistrado, com a promoção de todas as medidas administrativas e ou judiciais para coibir quaisquer afrontas a essas prerrogativas;
- 18) Valorização da primeira instância: compactação de entraves, eliminação de degraus na carreira, até que se possa chegar à entroncância única assim como já ocorre na Justiça Federal e do Trabalho;
- 19) Defender estrutura mínima de gabinete para os juízes, provendo-os, além das condições tecnológicas disponíveis, também com assessores assim como já ocorre no âmbito federal e em diversos estados da federação (o que contribuirá no alcance da celeridade processual e na diminuição dos custos);
- 20) Propor e apoiar todas as medidas que visem promover a segurança permanente dos Magistrados em todos os Estados e Regiões do Brasil, de forma legitimamente regulamentada;
- 21) Implementar gestão participativa de todos os Magistrados, resgatando e aproximando aqueles que se afastaram da AMB, eliminando barreiras, disputas e diferenças entre juízes e desembargadores;
- 22) Restabelecer, fortalecer e melhorar as relações institucionais da AMB com o Congresso Nacional a fim de viabilizar a agenda de interesse da magistratura brasileira perante o parlamento;
- 23) Dar efetivo e total apoio aos programas de integração e congraçamento dos Magistrados por meio das atividades esporádicas, valorizando a Diretoria de Esportes da AMB;
- 24) Preparação das pautas do Conselho de Representantes com antecedência necessária ao



Nelson Calandria

exame prévio dos assuntos e discussão verdadeiramente democrática dos assuntos de interesse da Magistratura e do Poder Judiciário;

25) Estimular ações conjuntas para união da Magistratura Nacional (Estadual, do Trabalho e Federal comum) com apoio e participação nas Frentes Associativas representativas de Magistrados, Membros do Ministério Público, Defensoria Pública.

COMPOSIÇÃO DA CHAPA 01 – “NOVOS RUMOS” (cargos eletivos)

Presidente: Henrique Nelson Calandria (APAMAGIS – SP)

Vice-presidente: Diógenes Vicente Hassan Ribeiro (AJURIS – RS)

Vice-presidente: Humberto Costa Vasconcelos Junior (AMEFE – PE)

Vice-presidente: Jeronymo PedroVillas Boas (ASMEGO – GO)

Vice-presidente: José Dantas de Paiva (AMARN – RN)

Vice-presidente: Lilian Lygia Ortega Mazzeu (AMATRA II – SP)

Vice-presidente: Marcos Sérgio Galliano Diniz (AMAPAR – PR)

Vice-presidente: Maria Lúcia Santana Assunção (AMAGIS – MG)

Vice-presidente: Raduan Miguel Filho (AMERON – RJ)

Vice-presidente: Rui Guilherme de Vasconcelos Souza Filho

Vice-presidente: Renata Gil de Alcântara Videira (AMABRJ – RJ)

Vice-presidente: Rosalvo Augusto Vieira da Silva (AMAB – BA)

Coord. da Justiça Estadual: Walter Pereira de Souza (AMAM – MT)

Coord. da Justiça do Trabalho: Flávio Bolívar de Almeida (AMATRA II – SP)

Coord. da Justiça Militar: Edmundo Franco de Oliveira (AMAJUM)

Coord. dos Aposentados: Sebastião Luiz Amorim (APAMAGIS – SP)

Coord. da Justiça Federal: José Arthur Diniz Borges (AMB)

Conselho Fiscal: Alener Ferraz Moulin (AMAGES – ES)

Conselho Fiscal: Aristóteles Lima Thury (AMAZON – AM)

Conselho Fiscal: Roberto Luis Felinto de Oliveira (AMABRJ – RJ)

Carta de compromissos da Chapa 02 "AMBCOMVOCE"

* A Chapa 02 recebe o apoio da AMPB. O apoio da Associação à candidatura de Gervásio Santos foi definido em reunião de diretoria executiva realizada em junho de 2010. O atual vice-presidente da AMPB, juiz Marcos Salles, concorre a um dos cargos eletivos da "AMBCOMVOCE".

1. Criar mecanismos de atualização automática dos subsídios da Magistratura, com o reconhecimento expresso, em lei, do seu caráter nacional, com definição de data base e forma de reajuste estruturada de maneira permanente.
2. Pagar pelo imediato retorno do ATS, pois sua previsão é a essência de qualquer carreira.
3. Assegurar a permanência dos 60 dias de férias, demonstrando à sociedade a necessidade disso, em vista das peculiaridades da carreira, inclusive com a realização de estudo que aponte o elevado nível de estresse a que são submetidos os magistrados.
4. Apoiar a luta para que o pensionamento de mortos e companheiros, por morte de magistrado, seja implantado em todos os Estados do Brasil.
5. Lutar pela aprovação da PEC nº 46/2008, em tramitação no Senado Federal, que deixa clara a paridade entre vencimentos e proventos, além de prever o restabelecimento da integralidade das pensões, com gestão previdenciária exclusiva pelo Poder Judiciário.
6. Eleger como prioridade, para inclusão no Estatuto da Magistratura (CE art. 93), a competência privativa do Poder Judiciário para dispor sobre o regime previdenciário da magistratura, de caráter público e integrante estatal, cabendo ao próprio Judiciário a administração, o gerenciamento, a concessão, o pagamento, a revisão e a manutenção do benefício previdenciário.
7. Tornar a AMB, cada vez mais presente, em qualquer parte do país, quando ocorrer uma situação que atente contra as prerrogativas, liberdade e independência da magistratura, pelo deslocamento do Presidente e/ou membro da diretoria para acompanhar o caso.
8. Assegurar a manutenção da demissão do cargo só por decisão judicial transitada em julgado, esclarecendo à sociedade e aos integrantes do Congresso Nacional que se trata de garantia do próprio Estado Democrático de Direito.
9. Manter a aposentadoria compulsória aos setenta anos.
10. Lutar pela extinção do ingresso na magistratura pelo quinto constitucional. E, enquanto não houver condições políticas para tanto, pugnar pelo aprimoramento e publicização do processo de escolha dos indicados em listas sêxtuplas, com a divulgação de seus currículos nos sites dos tribunais, submissão dos candidatos a saberes públicas nos tribunais.
11. Incrementar esforços para a pronta mudança do critério de escolha dos juízes integrantes dos TRFs e TRTs, para que passem a ser escolhidos pelos próprios tribunais, afastando-se o anacronismo de ser a decisão do Presidente da República.
12. Lutar para que os critérios objetivos para fins de remoção e promoção respeitem as peculiaridades de cada tipo de jurisdição, com a instituição de critérios que equilibrem as diferenças existentes, bem como perseguir a correção das distorções hoje existentes na regulamentação em vigor (Res. 106/CNJ).
13. Propor a criação e estruturação de modelo básico de gabinete de trabalho para todos os magistrados

brasileiros, de primeiro e segundo grau, que assegure igualdade de tratamento nas condições para exercício da atividade judicial e leve em conta a natureza de cada instância. Cada gabinete, respeitadas as particularidades regionais, deverá ter uma estrutura mínima definida (número de assessores com curso superior, de servidores de nível médio e de estagiários). A proposta de modelo de gabinete deverá ser discutida com as associações locais, devendo ter um cronograma para sua implementação pelos tribunais.

14. Lutar para que todos os magistrados tenham condições de segurança nos fóruns e em locais que tiverem de comparecer por necessidade de serviço.
15. Aproximar a associação nacional dos magistrados associados, criando a Ovidória da AMB, com acesso restrito só para quem for associado, por intermédio do site da entidade. Assim o magistrado poderá apresentar diretamente suas sugestões, críticas e encaminhar pedidos de informações e providências, com a garantia de um retorno da entidade em tempo razoável.
16. Criar um caderno legislativo, regularmente atualizado, informando todos os magistrados dos projetos de emenda constitucional, projetos de lei, projetos de resolução legislativa, etc. de interesse da magistratura. Assim, o conjunto dos associados terá conhecimento do andamento dos assuntos de interesse, podendo apresentar sugestões a respeito das proposições legislativas em andamento, bem como levar a uma discussão ampliada das questões atinentes à magistratura.
17. Lutar por eleições diretas, com participação do conjunto da magistratura, para todos os cargos diretivos dos tribunais.
18. Possibilitar que todos os desembargadores possam concorrer aos cargos de administração dos tribunais e assim permitir que a escolha dos dirigentes recaia sobre quem tiver melhor apelo político e administrativo.
19. Insistir para que haja maior proporcionalidade nas destinações orçamentárias entre primeiro e segundo grau e pela implementação de conselhos de administração orçamentária que contemplem toda a magistratura.
20. Lutar por uma maior participação da magistratura na escolha de seus representantes no colegiado do CNJ, para que não fique aderida à indicação de nomes pelos tribunais, para posterior seleção pelo STF.
21. Questionar judicialmente, perante o STF, todas as decisões que afrontem as prerrogativas e garantias da magistratura.
22. Fomentar o debate sobre a composição do CNJ, com a finalidade de torná-lo mais representativo da magistratura brasileira.
23. Planejar e estruturar, em coordenação com as associações locais, campanha de valorização da magistratura, com o propósito de divulgar perante a opinião pública as decisões e projetos de boas práticas da magistratura.
24. Sedimentar a realização bienal dos Jogos Nacionais da Magistratura (JNM), além de aumentar a destinação orçamentária para os torneios regionais e nacionais de futebol realizados anualmente.
25. Promover capacitação de magistrados à distância através da ENM, além de ampliar os cursos presenciais já existentes e os convênios com as universidades do exterior.



Gervásio Santos

COMPOSIÇÃO DA CHAPA 02 – "AMBCOMVOCE" (cargos eletivos) Presidência: GERVÁSIO PROTÁSIO DOS SANTOS JÚNIOR (MA)

- Vice-presidente: Alton Henrique de Sousa (AMAGIS - DF)
Vice-presidente: Antônio Pimenta Gonçalves (AMATRA - SP)
Vice-presidente: Carlos Zalkow Junior (AMATRA - B)
Vice-presidente: Giordane Dourado (ASMAG - AC)
Vice-presidente: João Ricardo dos Santos Costa (AJURIS - RS)
Vice-presidente: Jorge Waghi Massad (AMAPAR - PR)
Vice-presidente: Laílson Braga Baeta Neves (AMAGIS - MG)
Vice-presidente: Márcia Cunha Silva de Carvalho (AMAR - RJ)
Vice-presidente: Marcos Coelho de Salles (AMPB - PB)
Vice-presidente: Maria de Lourdes Medeiros (AMAB - BA)
Vice-presidente: Ronnie Herbert Barros Soares (APAMAGIS - SP)
Coord. da Justiça Estadual: Paulo Ricardo Bruschi (AMC - SC)
Coord. da Justiça do Trabalho: Ricardo Górdova Diniz (AMATRA XII - SC)
Coord. da Justiça Militar: Alexandre Aron de Abreu (AJURIS - RS)
Coord. dos Aposentados: Antônio Siqueira (ALMAGIS - AL)
Coord. da Justiça Federal: Itagiba Catta-Preta Neto (AMB)
Conselho Fiscal: Eder Jorge (ASMEGO - GO)
Conselho Fiscal: Marcelo Câmara Rasilan (AMANSUL - MS)
Conselho Fiscal: Paulo de Tarso Pires Nogueira (ACM - CE)

Eleição AMB

Reveillon da magistratura será no Clube dos Magistrados

Confraternização

Já foram iniciados os preparativos para a confraternização da AMPB 2010. Este ano a festa será realizada no dia 31 de dezembro, com uma festa de reveillon no clube dos magistrados, em Cabedelo. A comemoração deve marcar o calendário da Entidade, inovando a realização do já tradicional congregar anual dos magistrados paraibanos.

As bandas definidas para animar a festa são Beleza Pura e Beto Movimento. Ambas já se apresentaram no palco do Clube, fazendo sucesso entre os associados da AMPB e familiares.

Com um repertório eclético, a banda Beleza Pura colocou os magistrados para dançar durante o carnaval 2010, já Beto Movimento esquentou uma edição do "Samba no Clube", ao som de muito axé e pagode.

Desde já, todos estão convidados a festejarem o novo ano em nosso clube de lazer, reunindo-se com colegas e familiares neste momento de congregar e união. "Estamos caprichando em cada detalhe do evento, além de escolhermos bandas que possam atingir vários gostos musicais. O importante é agradar a todos que prestigiarem nossa festa de confraternização", garantiu

Antônio Silveira, presidente da AMPB.

Cada associado terá direito a duas senhas para o evento, que podem ser solicitadas através do telefone (83) 3513-2000, através do qual também podem ser adquiridas informações sobre senhas extras.

Através de enquête realizada no site da AMPB, 80% dos associados, que acessaram a pesquisa, concordaram com a realização da confraternização da AMPB no dia 31 de dezembro de 2010, festejando o reveillon. A enquête esteve disponível para votação entre os dias 30 de setembro e 15 de outubro.

Esporte

Tênis: campeonato nacional será no RJ

De 1º a 05 de dezembro o Rio de Janeiro sediará o XV Campeonato Nacional de Tênis dos Magistrados. Promovido pela Associação dos Magistrados Brasileiros e organizado pela Associação dos Magistrados do Estado do Rio de Janeiro, o torneio será disputado nas quadras do Complexo de Tênis da Amil no Recreio dos Bandeirantes.

O sorteio da tabela das partidas do torneio será realizado no dia 1º de dezembro, às 19h, durante o coquetel de abertura. A AMAERJ também promoverá no dia 05, domingo, na cerimônia de entrega das medalhas, um almoço de confraternização com música ao vivo. Os participantes contarão com traslado do aeroporto para o hotel, bem como do hotel para as quadras onde o torneio será disputado.

Poderão participar do torneio os magistrados da ativa e aposentados, de todos os Estados, na modalidade simples ou dupla, masculina e feminina. As categorias serão distribuídas de acordo com a faixa etária.

O regulamento está disponível no site da AMB (www.amb.com.br) e as inscrições já estão abertas desde o último dia 04 de outubro, através do tel (21) 3133-2315 ou pelo e-mail tenis@amaerj.org.br (Amélia).

*Fonte: Ascom da Amaerj

Dia de criança no Clube dos Magistrados

A AMPB realizou, no último dia 12 de outubro, uma festa para comemorar o Dia da Criança no Clube dos Magistrados. A sede de lazer da Entidade virou um verdadeiro parque de diversões, com brinquedos, lanches, música, jogos, pinturas, tudo muito bem programado e organizado para promover a alegria da garotada no dia dedicado a elas.

Uma trupe de animadores foi contratada para comandar as brincadeiras entre as crianças. Em todos os brinquedos colocados à disposição da garotada, como cama elástica, tobogã e piscina de bolinhas, as crianças foram acompanhadas por monitores, tudo para zelar pela segurança durante as brincadeiras.

O DJ Racine foi responsável pela

música, colocando a garotada para dançar ao ritmo de grandes sucessos do universo infantil. Além disso, houve distribuição de picolé, algodão doce e pipoca. Brinquedos adquiridos pela AMPB também foram oferecidos como brindes em algumas brincadeiras realizadas com as donas da festa.

A Associação promoveu o evento no intuito de oferecer uma opção de lazer especial para as crianças que fazem parte das famílias dos magistrados. "Uma comemoração memorável para todos os que compareceram, diversão que agradou crianças de todas as idades", verificou Antônio Silveira, presidente da AMPB. "Pretendemos tornar nossa sede de lazer cada vez mais atrativa a nossos associados (as) e familiares", completou.

Confira mais fotos do evento em nosso site (www.amb.org.br).



TRE acata recurso da AMPB e muda data para pagamento de gratificação eleitoral

Os magistrados voltarão a receber a gratificação eleitoral no próprio mês da prestação de serviços. A decisão foi tomada em sessão ocorrida na tarde desta segunda-feira (08 de novembro), quando membros do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, por unanimidade, decidiram pelo provimento de recurso em processo administrativo impetrado pela Associação dos Magistrados da Paraíba.

A AMPB, em novembro de 2009, ingressou com Recurso Administrativo, em face de decisão proferida pela presidência do tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, que indeferiu requerimento da Associação com o propósito de desconsiderar os termos da Portaria nº 236/2009 - PTRE/SGP/SCJE, a qual determinou a modificação

da data de pagamento da gratificação eleitoral aos juizes e promotores de justiça, passando a ser efetuada até o 5º dia útil do mês subsequente ao da efetiva prestação do serviço.

Todos os membros seguiram o voto do relator, Newton Nobel Sobreira Vita. O jurista concordou com o pensamento da AMPB, defendendo que a combatida Portaria "estava ferindo de frente o princípio da igualdade e da isonomia. A Justiça Eleitoral é única, indivisível e harmônica", disse. "Não é possível manter-se essa discriminação, é um fato injustificável e, por isso, voto pelo provimento do recurso, para que o pagamento da gratificação para os magistrados de 1º grau seja efetivado na mesma data dos membros e servidores

do TRE-PB", completou.

Durante a sessão, o presidente da AMPB, juiz Antônio Silveira, usou da tribuna para fazer sustentação oral em defesa dos magistrados. "Somos todos iguais perante a lei e não há razão jurídica para discriminação, sobretudo porque sob a égide da Constituição e do Estatuto da Magistratura não há qualquer distinção entre juizes de 1º e 2º grau, todos estão submetidos aos mesmos direitos e deveres", enfatizou Silveira.

Silveira disse ainda que o argumento da existência de pendências financeiras para poucos magistrados e promotores eleitorais, não se justifica em virtude de penalizar toda a magistratura eleitoral.

Conquista

Coordenadorias regionais definem novos representantes

A AMPB realizou reuniões em todo o Estado, a fim de definir os nomes dos novos coordenadores e vice-coordenadores regionais. Durante os encontros, representantes da diretoria executiva passaram informes acerca de precatórios, PAE e Loje. Confira abaixo os nomes definidos para cada regional:

Brejo: Juiz Gustavo Pessoa Tavares de Lyra (coordenador) e Juiz Antônio Gomes de Oliveira (vice);

Borborema: Juiz Francisco Antunes (coordenador) e Juiz Kéops Vasconcelos (vice);

Litoral: Juiza Maria de Fátima Lúcia Ramalho (coordenadora) e Juiz Josivaldo Félix (vice);

Sertão: Juiz Henrique Jorge Jacome de Figueiredo (coordenador) e Juiza Josicleide Ferreira de Lira (vice) e **Alto**

Sertão: Juiza Maria dos Remédios Pordeus Pedrosa (coordenadora) e Juiz Bernardo Antônio da Silva Lacerda (vice).



"Reunião com a Coordenadoria do Litoral"

As escolhas seguem determinação do art. 44 do Estatuto da AMPB, que determina à diretoria eleita a realização de reuniões com as Coordenadorias Regionais para escolha de coordenadores e vice-coordenadores para o biênio 2010/2012.

Já através do Ato Executivo nº 01/2010, o presidente da AMPB, no uso de suas atribuições estatutárias, designou e nomeou para compor as diretorias dos departamentos da AMPB os seguintes magistrados:

Inativos e Pensionistas: Juiz José

Bonifácio Lima Lobo (inativos); Clementina Magalhães Machado (Pensionistas);

Social e Cultural: Juiz Onaldo Rocha de Queiroga;

Esportes: Desembargador Arnóbio Alves Teodósio;

Patrimonial e de Convênios: Juiza Hígyna Josita S. De Almeida Bezerra;

Jurídico: Juiz Josivaldo Félix de Oliveira;

Assuntos Legislativos: Juiz Gustavo Pessoa Tavares de Lyra;

Promoção da Cidadania, Direitos Humanos e Meio Ambiente: Juiza Maria Coeli Nobre da Silva;

Infância e Juventude: Juiz Max Nunes de França;

Comunicação: Juiz Leonardo Souza de Paiva Oliveira;

Departamento Administrativo da Sede de Lazer: Juiz João Batista Barbosa.

Eleição

Aposentados

A AMPB requereu a juntada de incluso precedente jurisprudencial (ADI nº 1.578) para que o STF o considere quando do julgamento do Recurso Extraordinário 485652-2/PB (referente a Mandado de Segurança que questiona o texto da lei nº 7.517/03, sobre o instituto de previdência do estado, denominado PBPREV).

O STF julgou a ADI nº 1.578 procedente, por compreender que teria ocorrido a violação exatamente dos princípios que foram aplicados pelo Tribunal de Justiça da Paraíba no referido Mandado de Segurança Coletivo, quais sejam: o princípio da autonomia e independência financeira e administrativa do Poder Judiciário, bem como o princípio da separação de poderes (CF, art. 2º c/c art. 60, § 4º, III), que é um dos pilares do Estado democrático de Direito.

Céleres

O Papagaio

Recordo-me que nas casas em que morei sempre havia alguns animais domésticos e pássaros. Lembro-me de dois cachorros, sendo um bravo e o outro tido como manso, que espantavam alguns ladrões caseiros que surgissem, pois na época eram muito raros.

Um dos cachorros, de cor branca, chamado Dorly, e, posteriormente, um bem preto, que se chamava Vesúvio, este, quando acossado, se enfurecia, parecendo um vulcão.

Cachorrinhos pequenos também tivemos em nossa casa, docéis e mansos, que, ao falecerem, nunca mais tivemos outros.

No quintal, desfilava vagarosamente um jabuti, lembrando aquele da fábula a nos dizer que não adianta correria, pois a vitória final estava predestinada aos caminantes.

Não esqueço também, no quintal, o desfile de bichos intrusos, como as formigas, onde se colocava veneno, inseticida poderoso, que as aniquilava. Admirava eu a união delas, trabalhando rápido e em fileira.

Registro alguns canários, e eu me

Entre os dias 03 a 05 de novembro, os juizes da infância e da juventude na Paraíba participaram do II Encontro do Fórum Estadual da Infância e da Juventude (Foejuv). Os magistrados decidiram que irão trabalhar pela implantação de equipes multidisciplinares nas comarcas; por incentivo à criação da Rede do Sistema de Garantias de Direitos; para assegurar a inclusão orçamentária que venha a permitir a implementação de atendimentos a crianças e adolescentes; uniformização dos procedimentos judiciais de acompanhamento e fiscalização das medidas socioeducativas; e pela articulação para criação de casas de passagens, instituições de acolhimento e outros.

Foejuv

perguntava como um belga veio parar na Torre e da sua gaiola trina e trina.

Quando pela primeira vez fui à Bica, também chamada Parque Arruda Câmara, que, ao crescer, aprendi tratar-se de um grande homem, lá me empolguei, divisando chimpanzés, onças, raposas e outros animais.

Voltando à casa paterna, além dos animais citados, lembro-me de um papagaio, de penas verdes, que parecia gostar muito de mim e dos demais.

Na verdade, se afinava ele mais com minha mãe, tanto que, pela manhã e logo cedo, dizia:

- Café, Quinha, café, Quinha.

Logo em seguida, minha mãe colocava o café na mesa e ele ainda repetia duas vezes o pedido de café, distribuindo alegria por toda a casa.

Certo dia, não sabendo eu qual o motivo, nosso papagaio calou-se, ensimesmando-se, baixando a cabeça, não mais pediu café e morreu e demos a ele um enterro digno de um ex-papagaio falante, até que o vizinho do lado direito, acostumado a sua voz, nos dissera que ele morreu de tristeza com o falecimento da minha mãe, Dona Quinha.

José Di Lorenzo Serpa
Desembargador

Prata da casa

O juiz titular da 1ª Vara de Guarabira, Bruno Cezar Azevedo Isidro, concorre como finalista do I Prêmio Conciliar é Legal, do Conselho Nacional de Justiça, na categoria Juiz Individual com o Projeto "Selo Amigo da Conciliação". O tema escolhido pelo magistrado foi "Paz Duradoura". A proposta do CNJ é homenagear as experiências na resolução de conflitos judiciais, por meio dessa prática. Dos mais de 100 projetos inscritos, foram escolhidos 30. O vencedor receberá o prêmio no dia 7 de dezembro, no Rio de Janeiro.

II Fonavid

A AMPB é uma das entidades apoiadoras do II Fórum Nacional de Juizes de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Fonavid), que ocorrerá no período de 24 a 26 de novembro de 2010, em João Pessoa. O tema do evento será: "A Lei Maria da Penha e o Acesso à Justiça" e seu objetivo é compartilhar experiências e uniformizar procedimentos afetos a Lei 11.340/06, discutir as decisões oriundas dos Juizados e Varas de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher sob o prisma do acesso à Justiça e, ainda, avaliar as vantagens e desvantagens de ampliação de competência do sistema.

Novo Fórum

O presidente AMPB, juiz Antônio Silveira, acompanhou a inauguração do Fórum Regional da Capital "Desembargador José Flóscolo da Nóbrega", em Mangabeira, ocorrida no último dia 15 de outubro. O novo prédio fica localizado na Avenida Hilton Souto Maior, s/n, em Mangabeira VILA unidade atenderá cerca de 231 mil jurisdicionados de 19 bairros da Capital, dentre eles, Mangabeira, Valentina de Figueiredo, Ernesto Geisel, José Américo e Conjunto dos Bancários. Anteriormente, o Fórum funcionava em prédio que se encontrava em situação bem precária.

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB			Demonstração do fluxo de caixa para o período de 1º julho/2010 a 31 de agosto de 2010	
Balancos Patrimoniais levantados em 30/06/2010 e 31/08/2010			FLUXOS DE CAIXA DAS OPERAÇÕES	
ATIVOS	(R\$ 1,00)		R\$ 1,00	
	30/06/10	31/08/10		
Ativos Circulantes:			Entradas de caixa referentes a recebimentos e pagamentos:	
Caixa e bancos	19.428	-1.626	Receitas	295.937
Poupança - Bco do Brasil/Bco Real	553.224	556.736	Menos variação em contas a receber	(1.039)
Contas a receber	128.762	129.801	Entradas de caixa	294.898
Outros ativos correntes	566	99	Menos variação em contas a pagar	(35.787)
Ativos correntes totais	701.980	685.010	Salidas de caixa	(35.787)
Ativos Fixos:			Outras saídas de caixa decorrentes das operações:	
Investimentos			Despesas de pessoal	(36.510)
Imóveis	1.052.552	1.052.552	Despesas AMB/ANAMAGES/AMAJME	(38.734)
Móveis e Utensílios	165.970	168.970	Despesas com administração	(60.194)
Veículos	36.990	36.990	Despesas financeiras	(713)
Imobilizações em andamento	34.112	68.792	Despesas com manutenção	(13.319)
Ativos fixos totais	1.289.624	1.327.304	Total de saídas de caixa decorrentes das operações	(149.469)
ATIVOS TOTAIS	1.991.604	2.012.314	Saídas de caixa referentes a pagamentos de impostos:	
PASSIVOS E PATRIMÔNIO SOCIAL LÍQUIDO (R\$ 1,00)			Menos variação em impostos acumulados	30
Passivo circulante:			Entradas: Ajuste referente ao exercício social anterior	0
Contas a pagar	502.398	466.611	FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS OPERAÇÕES	19.671
Obrigações sociais/tributárias	182	212	FLUXOS DE CAIXA - ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Passivo circulante total	502.580	466.823	Aquisição de ativos fixos	(37.680)
Passivos totais	502.580	466.823	Poupança - Bco do Brasil/Bco Real	(3.512)
Patrimônio Social	15.314	15.314	Variação de outros ativos circulantes	467
Superávit acumulados	1.473.710	1.530.177	FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO EM INVESTIMENTOS	(40.725)
Patrimônio Líquido Social total	1.489.024	1.545.491	VARIAÇÃO LÍQUIDA DO FLUXO DE CAIXA	(21.054)
PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO SOCIAL TOTAIS	1.991.604	2.012.314		

Balanco

ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS DA PARAIBA - AMPB			Demonstração do Superávit do Exercício de 1º/07/2010 a 31/08/2010	
Demonstração de Origens e Aplicações de Recursos Para o período de 1º julho/2010 a 31 de agosto de 2010.			R\$ 1,00	
I - ORIGENS DE RECURSOS			RECEITAS	
1. Superávit do Exercício	56.467		Receitas de Mensalidades	196.671
(+) Valor referente a baixa de veículo	0		Receitas Patrimoniais	3.070
(+) Provisão para Ajuste	0		Outras Receitas/Doações	6.196
(+) Resultado Líquido de Exerc. Futuros	0		Total das Receitas:	205.937
SOMA:	56.467		DESPESAS	
II - APLICAÇÕES DE RECURSOS			Despesas de pessoal	36.510
2. Aquisição de Veículo	0		Despesas AMB/ANAMAGES/AMAJME	38.734
3. Aquisição/Construção de Imóveis	0		Despesas com administração	60.194
4. Imobilizações em andamento	34.580		Despesas de manutenção	13.319
5. Móveis e utensílios	3.300		Despesas financeiras	713
SOMA:	37.880		Total das Despesas:	149.469
III - AUMENTO/REDUÇÃO DO CAPITAL CIRCULANTE (I - II)			SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO	56.467
IV - VARIAÇÕES NOS COMPONENTES DO CAPITAL CIRCULANTE			Variação do superávit retido no balanço patrimonial	
Componentes	no início	no fim		
Ativo Circulante	692.980	685.010		
Passivo Circulante	502.580	466.823		
Capital Circulante	190.400	218.187		

Notas

- 1 - A documentação pertinente à essas demonstrações encontram-se à disposição dos associados na Sede da AMPB.
- 2 - Essas demonstrações financeiras representam a situação econômico-financeira da AMPB no bimestre de julho/agosto de 2010.
- 3 - As informações gerenciais de receitas e despesas foram divulgadas no site da AMPB.
- 4 - O resultado econômico no período apresentou um superávit de 27,42% da receita total.
- 5 - Em conformidade com a DOAR, parte do resultado do período foi investido na casa do caseiro, e outros investimentos, totalizando R\$ 37.680, e aumento no capital circulante líquido no valor de R\$ 18.787.

Cabedelo (PB), 04 de novembro de 2010.
Dr. Juiiz Sivanildo Torres Ferreira - Tesoureiro
Hélio Roberto dos Santos Viégas - CT - CRC/PA 003042-02

Livros

A **Lingua de Bolso** – Autor: João Trindade Cavalcante (Professor do UNIPÊ, colunista do Jornal Correio da Paraíba, do Informativo da AMPB e da Rádio CBN). O livro apresenta dicas de Português para todas as ocasiões, de acordo com a nova ortografia e com o VOLP. Um manual prático, ideal para profissionais e estudantes.

Eventos

Show de Oswaldo Montenegro – Dia 19/11/2010, no Clube Campestre, em Campina Grande.
Show de Vanessa da Mata – Dia 20/11/2010, no Teatro Paulo Pontes, em João Pessoa.

Palavra Certa

Professor TRINDADE

A linguagem da Internet

Comecemos a coluna com trechos de duas cartas:
"Mil saudades e um abraço do S. am", do C. (...) "
"Desculpe-me estes incômodos e creia-me sempre seu am" e colega, obr" (...) "
Se o leitor pensou que os trechos dessas cartas foram tirados da internet, está enganado. Respectivamente, são trechos de uma carta do poeta Gonçalves Dias para o amigo e também poeta Araújo Porto Alegre, datada de 01 de fevereiro de 1864, e de Machado de Assis para um colega de repartição, em 08 de novembro de 1880. Não procedem, portanto, os temores

Dúvida Sem certezas

Nitidamente um filme de atores, **Dúvida** (2008) não fez por menos e teve quatro de seus atores indicados ao Oscar: Meryl Streep, como melhor atriz, Philip Seymour Hoffman, Amy Adams e Viola Davis como coadjuvantes. Não é difícil descobrir os motivos no filme escrito e dirigido por John Patrick Shanley, adaptando sua própria peça – premiada com o Pulitzer e o Tony.

A trama se passa em uma escola católica novaiorquina, nos anos 1960. A jovem irmã James (Amy Adams) desconfia da atenção especial que o padre Flynn (Hoffman) dá ao único aluno negro do local. Quando conta para a irmã Aloysius (Meryl), que dirige o local, tem início uma pressão moral que ela exerce sobre ele baseada mais em suposições do que em fatos concretos.

O filme, no entanto, tira proveito dos subtextos. Não é à toa que o padre é um progressista, a irmã veterana é conservadora e autoritária e a jovem divide-se entre o idealismo e a obediência. Há vários outros elementos simbólicos mais ou menos óbvios, como as aulas de história, o açúcar, a luz

em relação à linguagem usada pela juventude, na internet.

Orá, é inevitável que isso aconteça. Cada época tem sua linguagem e censurar o jovem por tal manifestação não tem sentido. Não há, também, sentido na expressão "vicia" e nos temores de que o jovem leve essa linguagem para a redação escolar.

Jovem que lê jamais será influenciado por essa linguagem, mesmo usando-a na rede de relacionamentos. A questão está em mostrar para o jovem uma coisa muito simples: tal linguagem deve ser usada apenas na internet; deve haver uma separação nítida entre o texto da conversação com o colega e o da redação escolar. O importante é mostrar que o uso da internet não deve elidir o hábito da leitura dos bons textos:

Cine-Justiça

Journalista Renato Félix



queimando.

Estes subtextos incluem o tratamento que o filme dá com relação a dúvidas e certezas. O padre diz que é inocente, mas será mesmo? A freira diz que tem certeza da culpa dele, mas só isso garante que ela esteja certa? O filme acerta e se torna maior ao não responder claramente essas questões. É por isso que em filme assim os atores são tão importantes.

Meryl Streep mais uma vez confirma que é uma das maiores atrizes de todos os tempos (perdeu o Oscar, mas ganhou o Screen Actor's Guild Awards), secundada por um grande time: Viola Davis conquistou sua indicação em cerca de dez minutos e emocionantes minutos, colocando mais elementos que só aumentam as dúvidas do espectador.

de Machado, de Gonçalves Dias, de Cecília Meireles...

Daí o papel fundamental dos pais, dos professores e da escola, nesse processo.

Sinto dizer, mas a culpa de grande parte dos jovens não lerem é dos próprios pais. Corheço muito pai que não lê nada, vive "pendurado" no computador e quer obrigar o filho a ler. Leitura obrigatória não faz efeito e não tem o menor sentido. Nunca obriguei filho meu a ler e os dois que tenho adoram ler. Por quê? Porque veem o pai e mãe sempre lendo; têm jornais sempre perto, logo cedo, e uma biblioteca que lhes proporciona boas leituras.

Não há, portanto, o que temer; basta deixar claras essas orientações para os jovens, que tanto precisam de orientação, do carinho e da atenção dos pais.